

O TERCEIRO GÊNERO NA ÍNDIA: O paradoxo social das *hijras* e as consequências da colonização britânica

*THE THIRD GENDER IN INDIA: The hijras social paradox
and the consequences of the British colonization*

*EL TERCER GÉNERO EN LA INDIA: La paradoja social de
las hijras y las consecuencias de la colonización británica*

Maria Clara Cunha¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo definir o conceito de gênero, levando em consideração o seu processo histórico, junto à construção social do mesmo, tendo em vista o panorama do tema no universo das Relações Internacionais. Além disso, o trabalho irá tratar sobre a colonização da Índia pelo Império Britânico, realizada por meio da Companhia das Índias Orientais, buscando relacionar este ocorrido com a marginalização das hijras, que são mulheres transgênero no país. Por fim, o artigo irá apresentar quem são essas mulheres, conhecidas também como o terceiro gênero na Índia, além de explicar o contexto social, cultural e religioso em que essas mulheres estão inseridas.

Palavras-chave: Gênero. Terceiro gênero. Índia. Hijras.

ABSTRACT

This article aims to define the concept of gender, taking into account its historical process, together with its social construction, being aware of the panorama of the theme in the field of International Relations. In addition, the essay will deal with the colonization of India by the British Empire, carried out through the East India Company,

seeking to relate this to the marginalization of hijras, who are transgender women in the country. Finally, the article will present who these women are, also known as the third gender in India, in addition to explaining the social, cultural and religious context in which these women are inserted.

Keywords: Gender. Third gender. India. Hijras.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo definir el concepto de género, teniendo en cuenta su proceso histórico, junto con su construcción social, siendo consciente del panorama de la temática en el campo de las Relaciones Internacionales. Además, el ensayo abordará la colonización de la India por parte del Imperio Británico, realizada a través de la Compañía de las Indias Orientales, buscando relacionar esto con la marginación de las hijras, que son mujeres transgénero en el país. Finalmente, el artículo presentará quiénes son estas mujeres, también conocidas como el tercer género en India, además de explicar el contexto social, cultural y religioso en el que se insertan estas mujeres.

Palabras clave: género. Tercer género. India. Hijras.

1. Graduada em Relações Internacionais em ago/2021 pelo Centro Universitário IESB, Brasília – DF. E-mail: mariaclarano@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Índia, segundo país mais populoso do mundo, é uma nação ímpar quando se fala em diversidade. Trata-se de mais de três grupos étnicos no país, que falam mais de treze idiomas diferentes. As religiões predominantes no país são o Hindu, sendo 79,8% da população praticante, e o Islã, seguido por 14,2% dos indianos (CIA, 2021). E como em muitos países, a Índia foi colonizada e presencia uma mescla de valores ancestrais com valores ocidentais, que foram impostos pelos seus colonizadores.

A Grã-Bretanha colonizou a Índia por meio da Companhia das Índias Orientais, que realizava intensa atividade comercial principalmente na costa do país. A Companhia possuía assentamentos comerciais, além de ter propriedade territorial de cidades inteiras no país colonizado. Com a conquista e tomada de territórios sendo intensificada a partir do século XIX, os britânicos passaram a exercer grande influência na região indiana (MARSHALL, 1998).

Por volta da década de 1850, os britânicos tomaram conhecimento da presença das *hijras* em sua colônia indiana. As *hijras são mulheres* transgênero conhecidas como o terceiro gênero na Índia. A existência dessas mulheres é relatada há, pelo menos, quatro mil anos nos livros sagrados do hinduísmo (GIOVANAZ, 2020). A sociedade indiana acredita que estas mulheres possuem poderes espirituais, capazes de abençoar ou amaldiçoar as pessoas.

Como tentativa de apagamento e silenciamento das *hijras* como um terceiro gênero, os britânicos afirmavam que as *hijras* eram, na verdade, homens eunucos, cuja figura masculina era vista pelos europeus como fracassada (HINCHY, 2014). Outro meio utilizado pelos britânicos para apagar a existência desse grupo foi o *Criminal Tribes Act* (CTA), em que uma das ações era proibir as *hijras* de realizarem suas performances, que eram sua fonte principal de sustento. Isso fez com que muitas dessas mulheres passassem a trabalhar com prostituição, o que é uma realidade para esse grupo até os dias atuais.

O objetivo do artigo é analisar a posição das *hijras* a partir do conceito de gênero e do contexto da colonização britânica da Índia, relacionando as políticas impostas na época com a marginalização contemporânea das *hijras*. Essa análise será feita com

base na pesquisa bibliográfica de artigos, livros e publicações em revistas científicas.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte, denominada Gênero nas Relações Internacionais, busca definir o conceito de gênero com base na autora Jade Nogueira, tratando sobre como este termo define os papéis feminino e masculino na sociedade, levando em consideração o panorama do tema no universo das Relações Internacionais (RI). Além disso, o trabalho busca abordar a história e o contexto em que o gênero passou a ser discutido nas RI, tratando este como um novo tópico a ser discutido no cenário internacional e relatando como este tema ainda é marginalizado nas RI, além de alegar a necessidade de se produzir mais trabalhos e estudos na área.

A segunda parte do artigo aborda o processo de colonização britânica na Índia, buscando relacionar este ocorrido com a marginalização das *hijras*. Nesta etapa, serão apresentadas características do Império Britânico e da Companhia das Índias Orientais, demonstrando como foi o processo de conquista da hegemonia de poder na Índia. Esta parte do artigo também busca abordar algumas das consequências da colonização britânica, a exemplo de heranças como o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, começando a apresentar como essas questões afetaram a vida das mulheres cisgênero e transgênero da sociedade indiana, tanto econômica quanto socialmente, fazendo uma relação entre o período colonial e o período contemporâneo.

Na terceira parte do trabalho é feita uma análise sobre quem são as *hijras* na sociedade indiana. Nesta etapa, o artigo busca explicar quem são as *hijras* e o que as torna *hijras*, identidade que vai além do fato de serem apenas mulheres transgênero. Esta parte do trabalho tem como intuito demonstrar as questões religiosas e sociais nas quais as *hijras* estão inseridas, relatando suas vivências e relacionando o fato dessas mulheres serem consideradas importantes na sociedade, ao mesmo tempo em que são marginalizadas.

2 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O gênero é definido, tradicionalmente, como a distinção entre homens e mulheres. Porém, este não trata apenas de questões físicas e biológicas, mas também de fatores culturais, históricos

e sociais, ou seja, o gênero distingue os papéis feminino e masculino na sociedade. A distinção entre os gêneros é um processo histórico, uma construção social que é baseada nas hierarquias de uma sociedade patriarcal (NOGUEIRA, 2018), que dá sentido ao mundo e acaba sendo uma das formas primárias de atribuir significado ao poder nas sociedades humanas (MONTE, 2010). Uma sociedade patriarcal é aquela em que há uma relação de dominação, material e simbólica, em que os homens exercem poder sobre as mulheres (AZEVEDO, 2016).

Porém, a definição de gênero não se limita mais às polaridades estabelecidas como mulheres e homens, sejam eles cisgênero ou transgênero. É relevante trazer para a discussão a existência de pessoas não-binárias, visto que “entre o ‘homem’ e a ‘mulher’ existem vários gêneros; ser não-binário é estar em qualquer ponto entre os polos” (CARVALHO, 2018, p. 25). Esta definição é abordada também pela Teoria Queer,² visto que os sentidos de não-binário podem representar categorias como “corpos abjetos” e “performatividade de gênero” (CARVALHO, 2018).

A discussão sobre gênero se intensificou após a Guerra Fria, visto que as relações internacionais se tornaram mais complexas e passaram a abordar temas mais diversificados de cunho político, social, econômico, cultural e religioso (SILVA, 2013). Com este fato, surgiu a oportunidade de começar a debater temas de uma nova agenda contemporânea, tendo em vista que o positivismo e o paradigma realista entraram em declínio e passaram a conviver com o pós-positivismo (SILVA, 2013).

No realismo, os Estados são considerados os atores principais no cenário internacional, então as preocupações se baseiam em manter o *status quo*, assim como o poder político e a segurança nacional (SILVA, 2013). É um modelo baseado no estatocentrismo e, juntamente ao realismo político, prioriza tratar das causas das guerras internacionais e da ascensão e queda dos Estados (TICKNER, 1992).

Com o declínio deste modelo, a sociedade internacional dá espaço a outros atores, a exemplo de Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), indivíduos, movimentos sociais, organizações terroristas e criminosas, além

2. Teoria que considera a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero.

de outros agentes. Esse fenômeno se deve ao surgimento do debate pós-positivista, também chamado de Terceiro Debate,³ em que as abordagens feministas questionavam os termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do positivismo (SILVA, 2013).

O terceiro debate produziu ampla abertura para as ramificações de abordagens – conhecidas como interparadigmáticas — dentro do âmbito acadêmico das Relações Internacionais, tais como o debate pós-positivista, o construtivismo, e o pós-modernismo. Spike Peterson resgata, nesse sentido, as palavras de Lapid, quando afirma, “o terceiro debate marca um fim claro do consenso epistemológico positivista.” Continua a autora “enquanto o terceiro debate marca uma transição intelectual envolvendo críticas do positivismo, o centro das Relações Internacionais não está engajado no debate com as vozes marginalizadas. (SILVA, 2013, p. 30)

O enfoque de gênero nas Relações Internacionais, ganhou relevância de fato a partir do final da década de 1980, quando no ano de 1988 foi publicado no *Journal Millennium*, da Inglaterra, uma edição especial denominada *Mulheres e Relações Internacionais* (SILVA, 2013). A partir disso, surgiram as primeiras teóricas feministas, que se preocupavam em mostrar que as abordagens teóricas tradicionais possuíam um inerente preconceito de gênero, assim como demonstrar que, ao conduzir as mulheres e o gênero para dentro da análise do internacional, surgiram mudanças nas fronteiras conceituais, além de diferentes concepções sobre o que era relevante para compreender assuntos internacionais (SQUIRES; WELDES, 2007).

A discussão sobre gênero foi um processo lento e tardio e ainda é considerada uma temática nova no âmbito da disciplina de RI. A influência disso está no fato de que o campo das RI, de acordo com Kawamura (2012), se ocupa com a realidade e os problemas das interações internacionais, e que Silva (2013, p. 18) completa afirmando que “os Estados configuraram primeiramente essas relações, tornando-se mais complexas com a emergência de novos atores”. Muitos estudiosos de RI têm dificuldade de perceber a importância do gênero para a disciplina, pois consideram que a mesma é neutra em termos de gênero. Assim, questiona-se o papel do gênero nas RI e sobre como este afeta, na

3. O Terceiro Debate das Relações Internacionais surgiu com o intuito de romper com a lógica binária – defendida por realistas – de pensamentos e teorias.

prática, as relações internacionais. Isso se dá pelo fato de que estudantes de RI e de gênero possuem realidades e epistemologias muito diferentes, o que resulta na falta de entendimento entre ambos (TICKNER, 1997).

No entanto, a sociedade internacional contemporânea, mesmo que lentamente, passa a comportar também o gênero como um agente nas Relações Internacionais, visto que este tópico é de singular importância para entender as relações de poder globais, pois é uma ferramenta crítica e analítica (NOGUEIRA, 2018). É necessário enfatizar que a questão de gênero recebeu notoriedade por causa das lutas feministas que adquiriram relevância e reconhecimento internacional no decorrer da história, uma vez que mulheres e ativistas passaram a reivindicar melhores condições em diversos aspectos, como econômico, social, cultural, político e profissional (SILVA, 2013).

Com isso, nota-se que os acontecimentos do âmbito doméstico afetam também o ambiente internacional, dado que não há como ignorar conflitos existentes dentro das sociedades e apenas considerar as relações entre Estados, estritamente. Por isso a importância das mulheres envolvidas no Terceiro Debate, pois deram maior visibilidade à questão de gênero e fizeram com que as RI começassem a sair de uma inércia institucional (HALLIDAY, 1988). É relevante discutir a questão do gênero no âmbito das RI pois se pode analisar “a interdisciplinaridade das consequências de processos interativos e internacionais dentro das sociedades” (DA COSTA, 1997, p. 11), assim como o papel das políticas internacionais e como estas funcionam na prática, além da crescente participação das mulheres como sujeitos internacionais cada vez mais relevantes no sentido de desenvolvimento social, econômico, individual e também em questões de guerra e paz (DA COSTA, 1997).

Como exemplo do processo de tomada de espaço das mulheres no âmbito das relações internacionais, temos as “ondas” do movimento feminista, explicadas por Soares da seguinte maneira:

Feministas e acadêmicos dividiram a história do movimento em três “ondas.” A primeira onda se refere principalmente ao sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX. A segunda onda se refere às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na década de 1960, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. A terceira onda seria uma

continuação e, segundo alguns autores, uma reação às suas falhas – da segunda onda, e se inicia na década de 1990. (SOARES, 2010, p. 1)

A ocorrência dessas “ondas” demonstrou a necessidade de haver mais qualidade e quantidade de estudos focados na pesquisa das questões de gênero. Passou a ser discutido em maior amplitude a importância do papel das mulheres no cenário internacional, visto que as relações interpessoais e micro-políticas acabam sendo fortemente influenciadas pelos processos transnacionais (HALLIDAY, 1988), assim como em vários outros assuntos relacionados, como na sociedade, economia e, inclusive, no próprio lar. Esta discussão resultou no surgimento da construção histórica dos movimentos feministas e da sua inserção na sociedade internacional (NOGUEIRA, 2018).

A questão do gênero vem sendo discutida há mais de vinte anos dentro do universo das Relações Internacionais. Deste modo, não é mais necessário defender a inclusão deste estudo na disciplina (SILVA, 2013), visto que cada vez mais se faz necessário analisar o mundo a partir do gênero. Porém, este tema, apesar de relevante, ainda é marginalizado nas RI, assim como questões de raça, sexualidade, classe e etnia. Por isso fala-se mais sobre interseccionalidade, dado que este conceito é relevante para o estudo da intersecção das identidades sociais que estão relacionadas à opressão, como gênero, classe e raça.

3 A COLONIZAÇÃO BRITÂNICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O Império Britânico, entre os anos de 1689 e 1815, cresceu e chegou a ocupar lugares para além da Europa, se expandindo para outros continentes. Neste período, o Império Britânico difundiu seus interesses e ideais, que chegaram em grande parte do globo principalmente pelas vias do comércio, por meio de padrões e regulamentação de mercado, além de difundir esse interesse pelo governo de suas colônias. Neste período, a Grã-Bretanha estava muito à frente dos outros países europeus, visto que esta era líder no comércio global. No século XIX, a hegemonia britânica já estava estabelecida fora da Europa (MARSHALL, 1998).

A Grã-Bretanha possuía a Companhia das Índias Orientais, que era o meio de realizar o comércio nas Índias. Deste modo, a Companhia tinha diversos assentamentos comerciais, dos quais

os mais importantes estavam localizados na costa da Índia. A Companhia continha a propriedade total da ilha de Bombaim, enquanto nas cidades de Madras, que atualmente é chamada de Chennai, e Calcutá os governantes indianos haviam concedido aos britânicos o direito de propriedade quanto a estes territórios (MARSHALL, 1998).

No ano de 1815, o Império Britânico chegou a conquistar todo o leste da Índia, grande parte da península, além de boa parcela do vale do rio Ganges. Todos estes territórios estavam sob o domínio direto dos britânicos, sendo administrados pela Companhia das Índias Orientais. Neste período, estima-se que cerca de 40 milhões de indianos viviam sob as leis do Império Britânico, aplicadas pela Companhia (MARSHALL, 1998). Devido à sua hegemonia, por volta do século XIX, o termo “Império Britânico” era popularmente aceito, visto que haviam muitos territórios e povos dominados que respondiam às leis da Grã-Bretanha.

Sabendo que a sociedade indiana era fortemente enraizada nas tradições brâmanes⁴ e islâmicas⁵ – e considerando que o imperador mogol⁶ era reconhecido como a única fonte válida de possuir honra e domínio – e com o intuito de legitimar sua posição de poder não apenas econômico, mas também social, a Companhia das Índias Orientais passou a patrocinar o hinduísmo e o islamismo (MARSHALL, 1998).

Uma maneira que o Império Britânico encontrou de entrar na Índia colonial como um novo domínio foi tentar fazer com que aqueles que experienciaram o *inqilab* o vivessem novamente, além de tentar ver esse processo pelos olhos dos indianos. O *inqilab* é a inversão da ordem social existente, em que os ricos são derrubados e os pobres sobem ao topo. O que aconteceu no século XVIII nas Índias foi percebido pelos contemporâneos como *inqilab*. O estabelecimento da supremacia britânica na Índia foi visto pelos indianos como uma revolução, para o bem ou para o mal, visto que não se sabia quais seriam as consequências desse processo (MARSHALL, 1998).

4. O bramanismo, atualmente conhecido como hinduísmo, é uma filosofia religiosa indiana, formada por um conjunto de concepções religiosas, sociais e políticas.

5. O islamismo, que é praticado por muçulmanos, é uma religião abraâmica monoteísta baseada no texto do Alcorão.

6. O Império Mogol esteve presente na Índia entre os anos de 1526 e 1857, onde dominou quase todo o subcontinente indiano.

Mesmo com o fim do domínio há séculos estabelecido pelo Império Mogol, a influência desta antiga potência ainda seguiu na mente dos indianos. Deste modo, as tentativas de tomada de poder, a partir deste período, foram realizadas buscando legitimidade dentro da estrutura que estava formada na sociedade, influenciada por essa ideia de fonte válida de honra e domínio (MARSHALL, 1998).

Os Impérios Britânico e Marata⁷ foram estabelecidos com sucesso na Índia, visto que ambos buscaram adquirir legitimidade levando em consideração a estrutura citada anteriormente. No ano de 1803, os britânicos ocuparam Delhi e usurparam o poder do Império Marata, fazendo com que estes perdessem a reivindicação da supremacia na Índia. Os britânicos passaram a exercer controle sobre o imperador e sobre o Forte vermelho – construção que fez a capital da Índia ser transferida de Agra para Delhi – que possuíam grande importância simbólica para a sociedade. Isto permitiu que a Companhia das Índias Orientais fosse vista como uma potência reconhecida pelos maratas, além de forte candidata para obter a hegemonia no país (MARSHALL, 1998).

Apesar do Império Britânico, para conseguir se manter no poder, não ter contrariado diretamente as tradições brâmanes e islâmicas, o mesmo, a partir do processo colonial, influenciou a sociedade indiana levando seus valores e epistemologia dominante às suas colônias. Dentre estes valores e epistemologia, estão o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, além de outros que não serão tratados neste artigo.

Por influência da colonização britânica na Índia, este país possui uma economia capitalista, que atualmente é neoliberal, e que integra o sistema econômico vigente do sistema internacional.

O capitalismo precisa inserir as mulheres na força de trabalho como mão de obra barata, mal remunerada, e também precisa do trabalho doméstico não remunerado das mulheres para arcar com o ônus da reprodução social (ter filhos, reabastecer diariamente a força de trabalho, dando alimentos, cuidados e conforto psicológico para o trabalhador esgotado, e cuidar do passado e futuro da força de trabalho - crianças e idosos). (KRISHNAN, 2015, p. 265)

7. O Império Marata foi um estado hindu que estava presente na Índia entre os anos de 1674 e 1818.

Este tipo de dinâmica é responsável pela manutenção do machismo na sociedade, que reproduz problemas graves a exemplo da cultura do estupro e do domínio dos homens sobre as mulheres que, no contexto do neoliberalismo, ocorre com o intuito de disciplinar o trabalho das mulheres em uma economia capitalista, para mantê-las subordinadas (KRISHNAN, 2015).

Como exemplo da herança capitalista colonial na Índia, mesmo com o crescente número de mulheres que buscam trabalho remunerado, a participação delas ainda é baixa e os trabalhos que conseguem são insalubres e perigosos. No mais, além de serem incorporadas ao trabalho assalariado, que é explorador, ainda têm que lidar com mais horas de trabalho doméstico, pois no sistema em que vivem, as mulheres são oprimidas dentro e fora de suas casas. Deste modo, os papéis domésticos exercidos pelas mulheres continuam a serem feitos e também preservam a reprodução social (KRISHNAN, 2015).

De acordo com Krishnan (2015, p. 266), “a ideologia de gênero, família e ‘cultura’ nacional/religiosa é invocada nas narrativas políticas, econômicas e sociais contemporâneas na Índia para justificar divisões de gênero, casta, classe e religiosas.” Deste modo, a autora afirma que é necessário enfrentar o capitalismo e as políticas neoliberais para que a liberdade e autonomia do povo indiano seja alcançada, e não apenas falar que o país possui uma “cultura atrasada” e “mentalidade retrógrada”, como é difundido pela mídia ocidental.

Quanto ao ocidentalismo, Lander (1993, p. 51) afirma que este é um conjunto de práticas que “participam da produção de concepções do mundo”, em que este divide o mundo, desagrega suas relações e cria, a partir da diferença gerada, hierarquias, naturalizando esse processo junto com as relações assimétricas de poder.

Neste processo, são utilizados termos de oposição binários, demonstrando a relação dicotômica entre Europa e suas colônias e do Ocidente e suas pós-colônias. De acordo com Lander (1993, p. 51), o “globocentrismo” – expressão que busca substituir o termo “eurocentrismo” – oculta a “violência do colonialismo e do imperialismo sob o manto embelezador das missões civilizatórias e planos de modernização.” Ao contrário do eurocentrismo e de toda a carga histórica que o termo carrega, procura-se substituir pelo globocentrismo, para seguir influenciando o Oriente com discursos neoliberais dominantes, escondendo a presença do Ocidente nesses discursos.

Concomitante a esta influência europeia em relação à população indiana, as *hijras*, que além de serem mulheres são pessoas transgênero, sofrem com questões de raça e casta. Ou seja, são afetadas para além da questão do gênero, visto que as mesmas fazem parte de vários grupos sociais que são marginalizados devido às epistemologias coloniais dominantes. O Ocidente utiliza da diferença sexual das *hijras* como um mecanismo inicial para classificá-las, visto que estas mulheres não se encaixam nos conceitos premeditados de tribo, gênero e sexualidade binárias ocidentais, o que causa ansiedade epistêmica e escancara as lacunas do domínio colonial (HINCHY, 2019).

Muitas *hijras*, pelo fato de serem mulheres marginalizadas, trabalham com a prostituição de seus corpos para conseguirem uma fonte de renda. Porém, esta não é a única maneira que conseguem para garantir o seu sustento. Há *hijras* que trabalham com performances e danças, assim como com o *badhai* – coleta de esmolas, que são dadas por abençoarem casamentos ou nascimentos – e também há outros exemplos, como trabalho em comércio de varejo, serviços domésticos e mão de obra industrial e agrícola (HINCHY, 2019).

Com o intuito de debater sobre a cidadania sexual no ativismo *hijra*, esse grupo passou a ser definido como transgênero, que é um termo utilizado como um “guarda-chuva”, além do grupo também se encaixar na categoria de pessoas não-binárias. Essa discussão é realizada para gerenciar e normatizar os diferentes grupos que compõem uma sociedade, com o objetivo de garantir os direitos e visibilidade política dessas minorias (HINCHY, 2019).

4 QUEM SÃO AS HIJRAS NA SOCIEDADE INDIANA

As *hijras* podem ser reconhecidas como transsexuais,⁸ travestis,⁹ eunucas,¹⁰ hermafroditas¹¹ ou intersexuais.¹² Porém, a

8. Uma pessoa transsexual é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído desde o seu nascimento.

9. Travesti é um termo que era utilizado, pejorativamente, para definir mulheres transgênero, fortemente associado à prostituição. Atualmente, o conceito está sendo ressignificado e, na prática, possui a mesma definição que “transsexual”.

10. Uma pessoa eunuca é aquela que é estéril, impotente para o coito, castrada. O termo é utilizado para pessoas que nasceram com características sexuais masculinas.

11. Hermafroditas são indivíduos que nascem com características reprodutivas de ambos os sexos, feminino e masculino.

12. O termo intersexual descreve pessoas que desenvolvem ao longo da vida traços femininos e masculinos.

definição mais popular é “terceiro gênero”. Estas terminologias são mais utilizadas no sul da Ásia e na mídia internacional para definir quem são as *hijras* (HINCHY, 2014).

A presença das *hijras* foi notada pelos britânicos na década de 1850. Esse grupo era visto pelos europeus como uma comunidade de artistas transgênero eunucos. Com isso, os britânicos criaram o *Criminal Tribes Act* (CTA), uma espécie de legislação para que pudessem observar e controlar as *hijras*. Esta foi uma das tentativas de apagar as *hijras* como uma identidade de gênero e categoria sociocultural, além de proibir suas performances e modo feminino de se vestir (HINCHY, 2014).

Na cultura indiana, as *hijras* são pessoas que nascem com o sexo masculino e que se autodenominam emasculadas ou eunucas de nascença. Se identificam com o gênero feminino, então usam roupas femininas e adotam nomes característicos de mulheres (HINCHY, 2014).

As *hijras* possuem um papel sociocultural importante, realizando performances em ocasiões de nascimentos e casamentos, abençoando os recém-casados e recém-nascidos. Porém, para os britânicos que estavam presentes na Índia do século XIX, as *hijras* eram consideradas “desviantes de gênero”. Deste modo, suas performances eram classificadas como uma obscenidade, além de sua própria existência no espaço público ser julgada como um ultraje moral (HINCHY, 2014).

A performance, conhecida como *badhai*, é muito significativa para a identidade das *hijras*, tanto no século XIX, quanto na Índia contemporânea. O *badhai* consiste na visita das *hijras* nas casas em que há recém-nascidos ou recém-casados, onde essas mulheres apresentam canções e danças para as famílias, assumindo o seu papel religioso no momento, que é abençoar ou amaldiçoar a fertilidade das pessoas. Em troca, as *hijras* recebem esmolas ou cobram pelo pagamento da família (HINCHY, 2014).

Além de performarem nas casas das famílias, as *hijras* apresentam suas canções e danças em espaços públicos, a exemplo de mercados e feiras religiosas, e também para o entretenimento dos governantes indianos (HINCHY, 2014).

De acordo com Hossain, as *hijras* se definem e se reconhecem pela habilidade de realizar o *hijragiri*:

Hijragiri é a conduta ritual de *badhai* (atribuição de bênçãos ao recém-nascido após segurar a criança em seus braços enquan-

to dança), *cholla* (a cobrança de pedágios da jurisdição ritual, ou *birit*, como as *hijras* chamam) e dominar o *ulti*, a linguagem secreta. É pelo domínio dessas artes e obtenção de perspicácia relacionada aos afazeres que a pessoa se torna uma *hijra*. Isso, entretanto, não significa que alguém irá se tornar uma *hijra*. Em vez disso, como *hijras* muitas vezes argumentam, apenas aquelas pessoas de corpo masculino com um desejo por homens que se identificam com o gênero masculino se qualificam para receber o treinamento para se tornar uma *hijra* sob os conselhos de uma *hijra* idosa. (HOSSAIN, 2017, p. 1420)

As *hijras* possuem um papel social importante devido à mitologia hindu, porém muitas se descrevem como muçulmanas ou afirmam que possuem identidades e costumes religiosos sincréticos, ou seja, uma fusão de religiões e visões. Na mitologia hindu, há diversas figuras que mudam de sexo, geralmente do sexo masculino para o feminino, ultrapassando as fronteiras do gênero em sua adoração (HINCHY, 2014).

As *hijras* presentes em uma cidade ou bairro geralmente vivem juntas na mesma casa, compartilhando um ambiente familiar estruturado por relacionamentos descritos como *guru-chela*, ou seja, associando professoras e discípulas, estabelecendo uma hierarquia entre *hijras* mais velhas e mais novas, respectivamente (HINCHY, 2014).

Por se autodenominarem “nem homem e nem mulher”, as *hijras* desafiam a divisão binária dos gêneros. Na Índia colonial, os britânicos se referiam a este grupo como “homens”, usando o pronome masculino para designá-las, como uma estratégia linguística para silenciar e apagar as *hijras* como uma terceira categoria de gênero, a fim de restaurar a divisão binária de gênero. O papel da masculinidade foi central para que os britânicos combatessem esse grupo transgênero, caracterizando-os apenas como “eunucos”, transgredindo a masculinidade normativa na Índia britânica, retratando as *hijras* como uma figura masculina fracassada (HINCHY, 2014).

De acordo com Hinchy (2014), a masculinidade foi fundamental para as ideologias britânicas de governo na Índia, nos quais os homens britânicos foram representados como o ideal masculino. Conforme esses discursos coloniais, os homens britânicos tinham uma “aparência física viril, tratavam suas mulheres de forma protetora e ainda de maneira liberal, ocupavam seu tempo com atividades viris, como caça e esportes, e, acima de tudo,

governavam o subcontinente de maneira justa e esclarecida [...]” (HINCHY, 2014, p. 275).

Com a criação do *Criminal Tribes Act* (CTA) no ano de 1871, houve a elaboração de uma lei que proibia os “eunucos” – termo que os britânicos usavam para se referir às *hijras* – de aparecerem publicamente “vestidos de mulher” ou performando danças e canções, com pena de reclusão de até dois anos, incluindo multa. Deste modo, os britânicos criminalizaram a principal fonte de renda das *hijras*. O CTA também privou as *hijras* de direitos civis, a exemplo do direito de escrever um testamento ou de serem guardiãs de crianças (HINCHY, 2014).

Essas foram algumas tentativas para disciplinar as *hijras*, pois os britânicos tinham o objetivo de ordenar e “limpar” o espaço público, evitando a propagação de “doenças” morais e físicas, ou seja, evitando a presença das *hijras* em si. Para os britânicos, as performances e travestismo¹³ das *hijras* era uma ameaça moral e sexual para os homens indianos e para a Índia britânica. A masculinidade britânica atuava juntamente às políticas coloniais, influenciando os debates sobre reforma social e nacionalismo indiano (HINCHY, 2014).

Atualmente, a Índia é um país conservador quando se trata de temas como orientação sexual, com constante preconceito com a população LGBTQIA+,¹⁴ e a colonização britânica contribuiu para esta herança. O fato das *hijras* não serem agredidas com frequência se deve a relatos da presença desse grupo em escrituras religiosas muito antigas e por isso as pessoas têm receio de desacatar uma *hijra* (GIOVANAZ, 2020).

Após a independência da Índia, reconhecida pelos britânicos no ano de 1947, mesmo com as consequências de anos de repressão, as *hijras* passaram a lutar pelos seus direitos e, em 2014, a Suprema Corte indiana reconheceu a existência do “terceiro gênero”, que foi confirmada em 2018 pelo Parlamento indiano. Deste modo, essa decisão aumentou a visibilidade trans e reconheceu as *hijras*, de fato, como mulheres transgênero (GIOVANAZ, 2020).

Porém, mesmo com o reconhecimento legal, as *hijras* e pessoas transgênero da Índia ainda sofrem com a segregação social

13. Ato de vestir-se com roupas do sexo oposto.

14. Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais. O “+” é utilizado para incluir outras variações de sexualidade e gênero que não estão presentes na sigla.

e econômica, visto que ainda estão às margens da sociedade, trabalhando em empregos pouco valorizados, perigosos e insalubres (GIOVANAZ, 2020).

Na perspectiva das Relações Internacionais, uma maneira de mudar a realidade das hijras e de pessoas transgênero de outros países, é aplicar uma legislação internacional de direitos humanos, com foco nas pessoas transgênero. No ano de 2006, a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos organizaram, junto a outras Organizações Internacionais, uma reunião para discutir sobre princípios jurídicos internacionais com o intuito de criar uma legislação que garanta os direitos das pessoas em relação às suas orientações sexuais e identidades de gênero, que foram chamados de Princípios de Yogyakarta, cidade da Indonésia em que ocorreu esta reunião (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006).

Iniciativas como essa são importantes para dar clareza às obrigações que os Estados possuem com a aplicação e manutenção dos direitos humanos da população. Deste modo, ao estabelecer uma legislação específica, torna-se possível criar e aplicar políticas públicas direcionadas à essa população que está marginalizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo definiu o conceito de gênero e como este assunto, além de determinar a vida privada, também determina o âmbito das Relações Internacionais, sendo um tópico relativamente novo para a disciplina. O trabalho também mostrou a conjuntura em que o tema passou a ser abordado nas RI e no cenário internacional. Além disso, mostrou a necessidade de discutir sobre o gênero não apenas considerando o movimento feminista, mas também incluindo a questão LGBTQIA+, falando sobre interseccionalidade e integrando a questão do gênero a questões de raça e classe, por exemplo.

O trabalho também relatou como ocorreu o processo de colonização britânica, com atuação assídua da Companhia das Índias Orientais, e como políticas coloniais com o intuito de invisibilizar as *hijras* – a exemplo da disseminação do ideal de masculinidade britânico, do CTA e da remoção de alguns direitos civis deste grupo – contribuíram para a marginalização destas mulheres

transgênero na sociedade indiana atual. Além disso, o trabalho concluiu que outras heranças da colonização, como o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, se mostram presentes na contemporaneidade e que afetam significativamente a vida social e econômica de mulheres cisgênero e transgênero, principalmente, além de outros grupos marginalizados.

Em suma, o artigo apresentou quem são as *hijras*, como esse grupo está presente na sociedade indiana e quais são os rituais que as tornam *hijras*, além de serem apenas mulheres transgênero. Foi relatado no artigo o paradoxo social em que essas mulheres vivem, demonstrando a importância religiosa e cultural desse grupo na sociedade, ao passo que são uma população marginalizada. Foi feita uma relação entre as políticas de apagamento impostas às *hijras* por meio de uma comparação da Índia colonial e contemporânea, relatando que, durante o império britânico, essas mulheres eram vistas como uma ameaça à sociedade, e eram consideradas apenas homens eunucos, cuja masculinidade era fracassada.

O trabalho concluiu que, apesar das *hijras* terem sido reconhecidas como o terceiro gênero, ainda é necessário discutir nacional e internacionalmente os direitos dessas mulheres, a fim de criar uma legislação que possa ser aplicada internamente pelos países, garantindo os direitos básicos desse grupo que ainda é tão marginalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**: Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 12-20, 20 abril 2016.

CARVALHO, Mario. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”**: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

DA COSTA, Patrícia Gay Pepper. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais**: contribuição brasileira à Conferência de Beijing 95. 1997. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

GIOVANAZ, Daniel. **Como vivem as pessoas trans na Índia, onde o “terceiro gênero” é reconhecido por lei**. Nova Delhi: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/como-vivem-as-pessoas-trans-na-india-onde-o-terceiro-genero-e-reconhecido-por-lei>. Acesso em: 21 mar. 2021.

HALLIDAY, Fred. Hidden from international relations: women and the international arena. **Millennium: Journal of International Studies**: v. 17, n. 3, p. 419-428, 1988.

HINCHY, Jessica. **Governing Gender and Sexuality in Colonial India**: The Hijra, c. 1850-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HINCHY, Jessica. Obscenity, Moral Contagion and Masculinity: *Hijras* in Public Space in Colonial North India. **Asian Studies Review**: Singapore, v. 38, n. 2, p. 274-294, 2014.

HOSSAIN, Adnan. The paradox of recognition: hijra, third gender and sexual rights in Bangladesh. **Culture, Health & Sexuality**: Amsterdam, v. 19, n. 12, p. 1418-1431, 2017.

KAWAMURA, Karlo Koiti. **Atores nas Relações Internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais**: possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KRISHNAN, Kavita. Cultura do estupro e machismo na Índia em globalização: Como a política, economia e ideologia de castas influenciam os direitos das mulheres na Índia. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**: v. 12, n. 22, p. 263-267, 2015.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: Eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

MARSHALL, P. J. **The Oxford history of British empire**: The eighteenth century. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais**: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NOGUEIRA, Jade Magalhães de Mendonça. **A marginalização das perspectivas de gênero nas Relações Internacionais**. 2018. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

SILVA, Andréia Rosenir da. **A construção de gênero no âmbito das Relações Internacionais**: Direitos Humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes à sua consolidação. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando gênero**: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 1932). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Paraná, Curitiba, 2010.

SQUIRES, Judith; WELDES, Jutta. Beyond being marginal: gender and International relations in Britain. **Political Studies Association**: BJPIR, England, v. 9, n. 2, p. 139-194, 2007.

THE WORLD FACTBOOK. **CIA**: Índia, 2021. Countries. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/india/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**: v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.